

Brasília, 14 de abril de 2026

Seleção

Sumário

Migalhas

Segunda-feira, 13 de abril de 2026 ABPI	
MIGALHAS nº 6.327	3
Segunda-feira, 13 de abril de 2026 ABPI	
Estampa no vestuário: Como proteger o design de moda no Brasil	9

Estadão.com.br - Últimas Notícias

Segunda-feira, 13 de abril de 2026 Marco regulatório INPI	
Origens de café se aproximam do consumidor	15
Segunda-feira, 13 de abril de 2026 Propriedade Intelectual	
IA favorece a criatividade, mas piora a vida dos criadores de conteúdo	16

MIGALHAS nº 6.327

Segunda-Feira, 13 de abril de 2026 - Migalhas nº 6.327.

Fechamento às 07h37.

"Nenhuma raça ou nação pode ter todas as superioridades e vantagens."

Joaquim Nabuco

Cotas em xeque

Está em julgamento no plenário virtual do STF lei de Santa Catarina que proíbe a adoção de cotas raciais e outras ações afirmativas em universidades públicas ou em instituições privadas que recebam recursos estaduais. Até o momento, três ministros votaram pela inconstitucionalidade da norma, apontando afronta a princípios fundamentais e destacando a ausência de debate legislativo adequado sobre os impactos da medida. O caso reacende discussão sensível sobre políticas de ação afirmativa e o papel do Estado na promoção da igualdade material. O desfecho promete repercutir para além das fronteiras catarinenses. ()

Defesa

Ao STF, o governador de Santa Catarina defendeu a lei estadual 19.722/26, que proibiu cotas raciais em instituições que recebem recursos estaduais. O Estado argumenta que possui a maior proporção de população branca do país. ()

Violência contra mulher

No findar da semana, foi sancionado um pacote de medidas que reforça o combate à violência contra mulheres, incluindo a criação do homicídio vicário, monitoramento eletrônico de agressores e ações voltadas à proteção de mulheres indígenas. ()

Sem prova, sem júri

Ao analisar caso envolvendo suposto aborto, o TJ/RS afastou o envio ao Tribunal do Júri ao reconhecer a fragilidade do conjunto probatório e a ausência de elementos mínimos para sustentar a acusação. 1ª câmara Criminal despronunciou mulher acusada de provocar autoaborto. ()

Erro corrigido, decisão mantida

Juiz Federal reconheceu erro material ao citar trechos inexistentes de MP sobre imposto do petróleo, mas manteve a suspensão da cobrança ao aplicar o princípio da anterioridade tributária, impedindo exigência imediata. ()

"Tá de brincadeira"

Justiça condenou o ex-jogador Neto ao pagamento de cerca de R\$ 7 mil por não comparecer a festa de aniversário infantil para a qual havia sido contratado. Ao reconhecer a validade de contrato verbal, comprovado por vídeo e pelas tratativas entre as partes, o juízo (que deve estar sendo chamado de "oreiudo" pelo craque Neto) fixou indenização por danos materiais e morais. ()

Crédito frustrado

TJ/RJ autorizou a penhora da marca do América para garantir o pagamento de indenização à família de atleta mirim morto após ser atingido por um raio, diante da ausência de bens do clube. ()

Versions of meme

TJ/RJ condenou a cantora Anitta a pagar R\$ 25 mil por danos morais por uso de "meme" na divulgação de álbum. Tribunal entendeu que o uso com finalidade comercial viola o direito de imagem, mesmo sem prova de prejuízo concreto. ()

Restituição direta

1ª seção do STJ decidiu que ICMS pode ser restituído sem apuração prévia de créditos. ()

Honorários

3ª turma do STJ afastou honorários sucumbenciais fixados no cumprimento de sentença por ausência de intimação do devedor para pagamento voluntário na fase definitiva. ()

Bens de capital

Ministra Isabel Gallotti restabeleceu a penhora de valores bloqueados em execução contra empresa em recuperação judicial ao entender que quantias em dinheiro não se enquadram como bens de capital. ()

Caminho obrigatório

É íntegra a jurisprudência do STJ, segundo a qual decisões que homologam cálculos e determinam a expedição de precatório têm natureza terminativa e devem ser impugnadas pela União por apelação, e não por agravo de instrumento. Recentemente, um julgado da 2ª turma da Corte gerou dúvidas a respeito do instrumento processual adequado. Mas, na realidade, o que houve foi UM "distinguishing". O entendimento da Corte é o mesmo: não há flexibilização da via recursal para a AGU. ()

Alvarás liberados

Ministro Fachin suspendeu decisão que travava a emissão de alvarás em SP, ao apontar risco à ordem administrativa, à economia pública e ao desenvolvimento urbano, permitindo a retomada de obras e licenciamentos. ()

Saúde nas prisões

CNJ lançou o programa Cuidar para ampliar o acesso à saúde no sistema prisional. ()

Migas

1 - TST anulou pedido de demissão de doméstica grávida sem assistência sindical. () 2 - TST aumentou indenização à operadora de telemarketing punida após apresentar atestados médicos. () 3 - Trabalhadora obrigada a limpar fábrica como punição será indenizada. () 4 - Trabalhador PcD que recebia salário inferior ao de colegas será indenizado por discriminação salarial. () 5 - Empresa indenizará após trabalhadora quebrar coluna em trajeto de ônibus. () 6 - Mulher que teve fraturas após acidente em corrida por app será indenizada. ()

Colunas

Migalhas de Direito das Organizações

Entre amor e negócios, Gladston Mamede, Eduarda Cotta Mamede e Roberta Cotta Mamede revelam como o casamento pode redesenhar empresas e exige olhar jurídico além do romantismo no Direito Empresarial. ()

Migalhas Notariais e Registrais

A digitalização dos registros impõe novos desafios à forma e ao conteúdo das inscrições. Sérgio Jacomino discute essa transformação. ()

Leitura Legal

Um porco clonado e uma promessa: a medicina brasileira avança na tentativa de transformar animais em esperança para quem espera na fila de transplantes, na avaliação do promotor de Justiça aposentado Eudes Quintino de Oliveira Junior. ()

Papo Jurídico

Acordo de guarda deve ser cumprido a qualquer custo ou o interesse da criança prevalece? Decisão do STJ reacende o debate, em análise de Guilherme Galhardo Antonietto. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Migalhas de peso

- "Curtilment e o risco dos financiadores: Quando a regulação ameaça o project finance da geração de energias renováveis", por Massami Uyeda Junior, advogado. ()

- "Sucessão no Rio de Janeiro: Entre o pragmatismo e a coerência", por Ary Jorge Aguiar Nogueira (Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos [ANADEP]). ()

- "Agro em alerta: O que fazer quando a safra não paga a dívida?", por Leandro Amaral (CAMARB - **Câmara de Mediação** e Arbitragem Empresarial - Brasil). ()

- "Lucro presumido não é benefício fiscal: Liminar do TRF-4 barra majoração indireta de 10% na base de cálculo do IRPJ e CSLL em 2026", por Matheus Santos e Luan de Jesus (Matheus Santos Advogados). ()

- "Gestão informal de carteira: Prática vedada e fonte de responsabilidade civil no mercado financeiro", por Héctor Luiz Borecki Carrillo (Carrillo Sociedade de Advogados). ()

- "Cláusula de não concorrência em franquias: O que o STJ decidiu", por Raphael Muniz Barretto (Muniz Barretto Advogados). ()

- "Investimentos nas EFPC: Da diretriz ASG à governança da decisão", por Maria de Lourdes Luizelli e Natália Cepeda Fernandes (Andrade Maia Advogados). ()

- "Não é má-fé. É incentivo. E isso muda tudo", por Viviane Ferreira (Parada Advogados). ()

- "O pensamento como caminho", por Stanley Martins Frasso (Homero Costa Advogados). ()

- "Recuperação judicial do produtor rural: O provimento 216/26 do CNJ resolve o problema ou apenas o organiza?", por Wagner José Penereiro Armani e Leonardo Loureiro Basso (Bismarchi | Pires Sociedade de Advogados). ()

- "Leilões de imóveis: De instrumento jurídico-processual a uma oportunidade de negócio", por José Vilton de Jesus Júnior (AD NOTARE - Academia Nacional de Direito Notarial e Registral). ()

- "São Paulo acelera concessões de saneamento e pressiona municípios por adaptação", por Guilherme Amorim Campos da Silva (Rubens Naves Santos Jr. Advogados). ()

- "IPTU, condomínio e arrematação judicial: O STJ caminha para vedar a transferência de todos os débitos ao arrematante?", por Lucas Lourenço (RF Advogados). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Parceria

Fragata e Antunes Advogados firma parceria com o escritório argentino Noetinger& Armando SRL para conduzir a gestão administrativa de eventuais conflitos envolvendo a Decolar e consumidores. ()

Nova sócia

Vivacqua Advogados anuncia a integração de Mayara Pessoa como nova sócia do contencioso bancário. ()

Novos sócios

Cescon Barriou Advogados anuncia a chegada de dois novos sócios: Aline Pardi (Societário e M&A;) e Érico Pilatti (Tributário e Mercado de Capitais). ()

Baú migalheiro

Há 197 anos, em 13 de abril de 1829, foi aprovado no Reino Unido o Ato de Emancipação Católica (Catholic Relief Act), legislação que ampliou significativamente os direitos civis dos católicos romanos em um país historicamente dominado pelo protestantismo. A norma passou a permitir que católicos votassem e fossem eleitos para o Parlamento, encerrando séculos de restrições políticas impostas por motivos religiosos. A medida foi resultado de intensa pressão política, especialmente na Irlanda, e de lideranças como Daniel O'Connell, que mobilizaram a população em defesa da igualdade

de direitos. O ato representou um marco no processo de redução da intolerância religiosa no Reino Unido, contribuindo para a construção de um sistema político mais inclusivo e para o reconhecimento da liberdade religiosa como princípio fundamental. (Compartilhe)

Sorteio

Vale a pena participar do sorteio da obra "Ateliê, mulheres de aço e rendas" (Editora Litteralux - Crônicas, 74p.), escrita por Renata Fontes (Advocacia Fontes Advogados Associados S/S). A publicação articula memória, experiência e reflexão sobre o universo feminino contemporâneo a partir de diferentes perspectivas. ()

Novidade

Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados preparou material explicativo com uma visão objetiva sobre a "Declaração de Espólio e suas implicações tributárias", especialmente no que tange ao IR. ()

Migalhíssimas

Hoje, o CESA organiza uma reunião híbrida do Comitê de Administração e Ética Profissional, no Hotel Renaissance, em SP. Sócia de Demarest Advogados, Luciana Cossermelli Tornovsky, que também é diretora financeira-administrativa, fará uma apresentação sobre reestruturação, inovação e transformação das sociedades de advogados em meio às mudanças tecnológicas. A mediação será feita pelo advogado Stanley Martins Frasso (Homero Costa Advogados), diretor executivo do CESA. () Livia Barbosa Maia (Denis Borges Barbosa Advogados) palestra sobre "Direito da Moda e **Propriedade Intelectual**" no "V CBPID - Congresso Brasileiro de **Propriedade Intelectual** e Direito - CBPID". Hoje, às 18h40, na UFRGS. Informações e inscrições, . Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados e presidente da OAB/RJ) profere a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Direito Civil" com o tema "Teoria Geral das Obrigações", pelo canal do YouTube "Mentoria OABRJ". Amanhã, às 11h. () Amanhã, das 14 às 18h, em SP, Demarest Advogados vai sediar uma etapa de capacitação de entidades esportivas para inscrições no "11º Prêmio Sou do Esporte Governança". O escritório e a consultoria Ernst & Young são apoiadores do Instituto Sou do Esporte. Com 11 anos de existência, o prêmio analisa a governança

das entidades esportivas. A comissão avaliadora é formada por especialistas do setor e gestores de grandes clubes. Entre os membros da comissão estão os sócios do Demarest Andre Alarcon e Claudio Mattos. Mais informações, . Rita Cortez, do AJS - Cortez & Advogados Associados, participa da reunião do Conselho da OAB, hoje e amanhã, em Brasília. A advogada é conselheira Federal, eleita pela OAB/RJ, para representar o RJ, no triênio 2025/28. Dia 5/5, a OAB promove a etapa "Advocacia Brasileira na Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)", em Brasília. A mobilização institucional foi formalizada por meio de ofício circular assinado por José Alberto Simonetti, presidente do Conselho Federal da OAB, e Sóstenes Marchezine, de Arnone Advogados Associados e representante da advocacia na CNODS - Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República. () RMS Advogados - Rocha, Marinho E Sales participou, dia 27/3, de audiência pública no TJ/CE que debateu a proteção patrimonial da pessoa idosa e prevenção de fraudes. () Pinheiro Neto Advogados é líder no guia "Chambers Brazil: Contentious 2026", figurando entre os escritórios brasileiros com os melhores resultados da edição: 14 departamentos ranqueados; 11 departamentos reconhecidos em Band 1 e Band 2; 39 advogados ranqueados, liderando

também em reconhecimentos individuais; 12 profissionais classificados em Band 1, Band 2 e Star Individual. O escritório foi reconhecido nas seguintes áreas: Bankruptcy/Restructuring; Competition/Antitrust; Compliance; Consumer Law; Dispute Resolution: Arbitration; Dispute Resolution: Litigation: Elite; Dispute Resolution: White-Collar Crime; Intellectual Property: Patent; Intellectual Property: Trademark, Copyright & Trade Secrets; International Trade/WTO; Labour & Employment: The Elite; Real Estate: Litigation; Social Security; Tax Litigation: The Elite.

Jovem advocacia

Garanta sua participação no "ENJA", evento voltado à jovem advocacia do país, promovido pela OAB/SP, em São Paulo, nos dias 21 e 22/5. ()

Mercado financeiro

Amanhã, às 18h, o IASP promove, em sua sede, o evento "A Supervisão dos Fundos de Investimentos". ()

Tecnologia jurídica

AASP realiza, no dia 24/4, às 16h30, em SP, o evento "Os Impactos da Inteligência Artificial na Advocacia", seguido do lançamento do livro homônimo de Solano de Camargo (Lee, Brock, Camargo Advogados (LBCA)). ()

Direito Civil

FGV Direito Rio promove, nos dias 16 e 17/4, o "Congresso Brasileiro de Direito Civil: Fronteiras Contemporâneas do Direito Civil", reunindo especialistas do Brasil, da Itália e de Portugal. ()

Direito do Trabalho

ABDT - Academia Brasileira de Direito do Trabalho realiza, nos dias 9, 10 e 11/9, o "XVI Congresso Internacional de Direito e Processo do Trabalho", com juristas de destaque. ()

Dia da PI

ABPI - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual inaugura, no dia 22/4, às 9h, no Rio, o auditório "Peter Dirk Siemsen". Após a cerimônia, haverá debates sobre "Intersecção entre esporte e PI: desafios e oportunidades", abordando tendências e desafios da área. ()

Automação

Preâmbulo Tech participou do "Fórum C4 de Crédito e Cobrança (C4CC 2026)" e apresentou a "CPJ-Cobrança", plataforma para gestão de carteiras jurídicas de cobrança. ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

ES/Itaguaçu

SP/Aspásia

SP/Bom Sucesso de Itararé

SP/Taiúva

TO/Guaráí

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

CartaCapital

"O peso das dívidas"

Veja

"Sob pressão"

IstoÉ

"Guerra sem fim"

The New York Times - EUA

"After Talks Flounder, Trump Threatens to Blockade Strait"

The Washington Post - EUA

"Blockade of Iran announced after fruitless meeting"

Corriere della Sera - Itália

"Falliti i negoziati Trump: Hormuz, ora blocco navale"

Clarín - Argentina

"Tras el fracaso de la negociación, EE.UU. bloquea Ormuz para presionar más a Irán"

El País - Espanha

"La oposición arrasa en Hungría y pone fin a la era del ultra Orbán"

Público - Portugal

"Um quinto dos arguidos por violação tem menos de 20 anos de idade"

Die Welt - Alemanha

"Dieses System ist auf Dauer nicht tragfähig"

The Guardian - Inglaterra

"Hungary enters new era as election ends Orbán's 16-year grip on power"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Ícone da ultradireita global, Orbán é derrotado na Hungria"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Orbán é derrotado e encerra 16 anos no poder na Hungria"

O Globo - Rio de Janeiro

"Orbán é derrotado nas urnas e deixa poder após 16 anos"

O Estado de Minas - Minas Gerais

"Violações de medidas protetivas disparam"

Correio Braziliense - Brasília

"Irã e EUA elevam ameaças após negociação fracassar"

Zero Hora - Porto Alegre

"Negociações de paz fracassam e tensão volta a subir após Trump ameaçar ação em Ormuz"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Ministro confirma intenção de liberar FGTS para endividados"

Estampa no vestuário: Como proteger o design de moda no Brasil



A estampa na moda e a proteção do registro. Você criou uma estampa original, aplicou ao vestuário da sua coleção e descobriu que um concorrente está usando o mesmo padrão gráfico. Ou talvez esteja começando e quer saber, antes de lançar, como garantir a proteção do seu design de moda. A dúvida é recorrente entre designers, estilistas e pequenas marcas: o registro de uma estampa aplicada ao vestuário é possível? Qual instrumento usar? A resposta depende das características da criação e do objetivo da proteção, e vale mais do que uma resposta simples, pois existem até quatro regimes jurídicos aplicáveis, cada um com fundamentos, prazos e efeitos distintos.

Este artigo percorre cada um desses regimes e, ao final, oferece um guia prático de decisão para que você saiba qual caminho seguir dependendo da sua situação específica.

Valor da estampa como ativo

No setor de moda, a estampa não é apenas elemento decorativo. Ela é muitas vezes o principal ativo criativo e comercial de uma coleção. Designers independentes, marcas de streetwear, estilistas autorais e pequenas confecções investem tempo, dinheiro e identidade na criação de padrões gráficos que diferenciam seu vestuário no mercado. Quando esse ativo é copiado sem autorização, o prejuízo vai além do financeiro: atinge a reputação, a identidade

da marca e a viabilidade do negócio.

A boa notícia é que o direito brasileiro, alinhado aos padrões internacionais estabelecidos pela OMPI - Organização Mundial da **Propriedade Intelectual**, pela Convenção de Berna e pelo Acordo TRIPS, oferece instrumentos reais de proteção. A má notícia é que esses instrumentos são pouco conhecidos e frequentemente subutilizados por quem mais precisaria deles.

Primeiro regime: Direito autoral (Proteção automática)

A estampa que expressa a criatividade do autor de forma original é protegida automaticamente pelo direito autoral, sem necessidade de qualquer registro prévio. Isso decorre da lei 9.610/1998 e da Convenção de Berna, da qual o Brasil é signatário.

A professora Jane Ginsburg, da Columbia Law School, uma das maiores autoridades mundiais em direito autoral, distingue obras de arte aplicada (applied art) de meros padrões ornamentais funcionais: a proteção autoral exige que o elemento criativo seja separável, ao menos conceitualmente, da função utilitária do objeto ao qual está aplicado. No caso de estampas no vestuário, essa separabilidade é geralmente reconhecida, pois o padrão gráfico existe independentemente do tecido que o suporta.

A Suprema Corte dos Estados Unidos consolidou esse entendimento em *Star Athletica v. Varsity Brands* (2017), decidindo que elementos artísticos de designs em vestuário são protegíveis pelo copyright quando podem ser percebidos como obras de arte independentes do artigo de vestuário. Embora seja jurisprudência americana, a decisão é amplamente citada como referência internacional, inclusive em análises da INTA e da AIPLA sobre proteção de design de moda.

Paul Goldstein, autor do tratado *Goldstein on Copyright*, e Marshall Leaffer, em *Understanding Copyright Law*, ensinam que o critério determinante não é o grau de elaboração da obra, mas a originalidade, entendida como expressão própria do autor, ainda que modesta. Uma estampa geométrica

simples pode ser protegida se refletir escolhas criativas do autor; um padrão copiado de obra alheia, não.

A vantagem do direito autoral é a proteção automática e de longa duração (70 anos após a morte do autor). A desvantagem está na prova: em litígio, o titular precisa demonstrar a anterioridade e a autoria de sua criação. O registro facultativo na Escola de Belas Artes ou em entidade equivalente funciona como prova de anterioridade e é fortemente recomendado como medida preventiva de baixo custo.

Segundo regime: Desenho industrial (Proteção registrada no **INPI**)

O desenho industrial é o instrumento mais preciso para a proteção de estampas aplicadas ao vestuário no direito brasileiro, e paradoxalmente o menos utilizado. A lei de **propriedade industrial** (lei 9.279/1996) protege, nos termos do artigo 95, o conjunto ornamental de linhas e cores que possa ser aplicado a um produto e que resulte em configuração visual nova e original capaz de distingui-lo dos demais.

João da Gama Cerqueira, no Tratado da **Propriedade Industrial**, já estabelecia que padrões bidimensionais aplicados a superfícies, incluindo tecidos, estão no âmbito do desenho industrial desde que satisfeitos os requisitos de novidade e originalidade. Carlos Fernández-Nóvoa, no Tratado sobre Derecho de Marcas, complementa essa análise ao examinar a fronteira entre proteção como desenho industrial e proteção como marca, concluindo que a acumulação de regimes é possível e, em muitos casos, recomendável.

O registro de desenho industrial confere proteção por 10 anos, prorrogável até 25 anos, e gera um direito de exclusividade erga omnes: ninguém pode usar o padrão registrado sem autorização, independentemente de conhecer ou não a existência do registro. Esse é o diferencial fundamental em relação ao direito autoral, que depende de prova de acesso e cópia para a configuração da violação.

A OMPI, por meio do Sistema de Haia (Acordo de Haia para o Depósito Internacional de Desenhos e Modelos Industriais), permite a extensão da proteção a múltiplos países por meio de um único depósito internacional, o que é relevante para marcas de moda com projeção internacional.

O requisito crítico é a novidade: o padrão não pode ter sido divulgado ao público antes do depósito do pedido. Designers que lançam coleções antes de registrar podem perder o requisito de novidade. A recomendação é registrar antes de divulgar, ou no mais tardar dentro do período de graça de 180 dias previsto na LPI para divulgações realizadas pelo próprio criador.

Um aspecto do registro de desenho industrial que merece atenção explícita é a ausência de exame de mérito pelo **INPI**. O Instituto verifica apenas os requisitos formais do pedido: apresentação das vistas obrigatórias, classificação de Locarno, regularidade documental e recolhimento das taxas. A análise substantiva de novidade e originalidade não ocorre no momento da concessão. O certificado de registro é expedido sem que o **INPI** tenha avaliado se o desenho é, de fato, novo e original nos termos dos arts. 95 a 98 da LPI.

Isso tem uma consequência prática importante: o registro é obtido com relativa rapidez e sem contestação técnica imediata, mas permanece vulnerável. Qualquer interessado pode requerer a nulidade administrativa perante o próprio **INPI**, no prazo de 180 dias da concessão, ou a nulidade judicial a qualquer tempo durante a vigência do registro, alegando ausência de novidade ou de originalidade. Se o pedido de nulidade for procedente, o registro é desconstituído com efeitos retroativos à data do depósito.

Isso significa que a solidez do registro depende da qualidade intrínseca da criação, não apenas do protocolo. Uma estampa que reproduz, ainda que parcialmente, padrão preexistente e amplamente difundido no setor têxtil pode obter o certificado de registro, mas dificilmente sobreviverá a uma impugnação. A avaliação prévia de novidade e originalidade, por um especialista que conheça o estado da técnica no segmento de moda, é o que transforma um registro formal num ativo juridicamente robusto. É também por essa razão que a busca de anterioridades, em bases como o EUIPO, a WIPO Global Design Database e o DesignView, integra o processo de proteção responsável, e não apenas o protocolo do pedido.

Terceiro regime: Marca (Quando a estampa identifica a origem)

A proteção de uma estampa como marca é possível quando o padrão gráfico adquire função identifica-

dora de origem: ou seja, quando o consumidor associa aquele design específico a uma determinada marca ou empresa, e não apenas ao produto em si.

Graeme Dinwoodie e Barton Beebe, em *Trademark Law: An Open-Source Casebook*, examinam com precisão o critério da distintividade adquirida (secondary meaning) como fundamento para o registro de elementos não tradicionais, incluindo padrões visuais. Mark Lemley, em sua análise sobre a doutrina da funcionalidade, delimita o espaço: padrões ornamentais que cumprem função meramente estética não são registráveis como marca, pois conceder exclusividade sobre eles equivaleria a um monopólio sobre o estilo, em prejuízo da concorrência.

Casos clássicos como a estampa xadrez da Burberry (Burberry Check), o monograma LV da Louis Vuitton e o padrão de rombos da Hermès demonstram que estampas podem alcançar registro e proteção robusta como marcas figurativas ou tridimensionais, desde que tenham adquirido distintividade perante o público consumidor. A INTA documentou extensamente esses casos no contexto de seus relatórios do Fashion Law Committee.

No Brasil, após a portaria **INPI/PR 15/25** (vigente desde 28 de novembro de 2025), existe agora um procedimento formal para reconhecimento de distintividade adquirida perante o **INPI**, o que abre caminho para o registro de estampas que tenham conquistado reconhecimento de mercado mesmo sem distintividade inerente.

Quarto regime: Concorrência desleal (Via residual e autônoma)

Mesmo quando nenhum dos três regimes anteriores está formalmente constituído, a cópia de estampa pode ser ilícita pela via da concorrência desleal, prevista no art. 195 da LPI.

Eugène Pouillet, Paul Mathély e Frédéric Pollaud-Dulian, pilares da doutrina francesa de **propriedade industrial**, desenvolveram o conceito de imitação servil como modalidade autônoma de concorrência desleal: a reprodução que, sem chegar à contrafação direta, cria confusão no mercado sobre a origem dos produtos ou se aproveita indevidamente do esforço criativo alheio é ilícita independentemente de qualquer registro. Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda, no Tratado de Direito Privado, estabelece o fundamento civilista dessa proteção no ordenamento brasileiro: o ato ilícito que causa dano a

outrem gera obrigação de reparar, e a imitação que desvia clientela se enquadra nessa categoria.

Doris E. Long e Carlos Correa, ao analisarem o enforcement de direitos de **propriedade intelectual** em mercados emergentes, destacam que a concorrência desleal é frequentemente o instrumento mais acessível e mais rapidamente eficaz em jurisdições onde o registro está pendente ou onde a prova dos demais regimes é complexa. A AIPPI documentou essa tendência em seus relatórios sobre proteção de design de moda em países em desenvolvimento.

A limitação desta via é a mesma identificada para o direito autoral na perspectiva inversa: exige prova robusta da conduta e do dano, e a indenização, embora juridicamente possível, é de difícil obtenção na prática.

A jurisprudência brasileira

O caso mais emblemático e diretamente aplicável ao tema de estampas no vestuário foi julgado pelo STJ em 2022, no confronto entre duas marcas do segmento de moda íntima feminina. A relatora, ministra Nancy Andrighi, estabeleceu um princípio que todo designer e estilista deveria conhecer antes de qualquer lançamento: sem o registro de desenho industrial e sem prova robusta de anterioridade de uso e de distintividade do conjunto visual, presume-se que os elementos estéticos estão em domínio público. A consequência prática é direta: quem não registra e não documenta não pode alegar concorrência desleal pela simples utilização de elementos visuais semelhantes por um concorrente.

O mesmo julgado afirmou que peças de vestuário, incluindo estampas e bordados, são em tese protegíveis pela lei de direitos autorais como obras do espírito, desde que satisfeito o requisito de originalidade. A ministra Nancy Andrighi foi enfática ao afirmar que o fato de um produto estar inserido na indústria da moda não autoriza, por si só, a conclusão de que seus elementos visuais estão excluídos da tutela autoral. Mas o tribunal igualmente foi claro: a originalidade tem que ser demonstrada, e tendências do segmento, por definição compartilhadas entre concorrentes, não constituem elemento distintivo protegível.

O STJ também fixou, em regime de recurso repetitivo (Tema 950), uma distinção processual importante: ações sobre trade dress, concorrência desleal e conjunto-imagem de produtos tramitam na Justiça estadual, por não envolverem interesse institucional

do **INPI**. Ações de nulidade de registro de marca, por sua vez, são de competência federal, com participação obrigatória do **INPI**. Conhecer essa distinção evita o ajuizamento em juízo incompetente. Erro que pode custar meses de processo.

A lição consolidada da jurisprudência brasileira, portanto, converge com o que a doutrina internacional há décadas sustenta: o registro é o documento que transforma a proteção teórica em proteção efetiva. Sem ele, a carga probatória recai inteiramente sobre o criador, e o limiar para caracterizar concorrência desleal é substancialmente mais alto.

Estampas geradas por inteligência artificial

Um desenvolvimento tecnológico recente impõe uma ressalva ao requisito de originalidade que não pode ser ignorada. O uso de ferramentas de inteligência artificial generativa para criar padrões e estampas tem crescido aceleradamente no setor de moda, e a questão jurídica que emerge é direta: uma estampa gerada por IA é protegível pelo direito autoral?

No Brasil, o art. 11 da lei 9.610/1998 define autor como a pessoa física criadora da obra. A IA não tem personalidade jurídica e, portanto, não pode ser autora. Uma estampa gerada integralmente por um sistema de IA, sem intervenção criativa humana relevante, não se enquadra no conceito legal de obra autoral e não gera os direitos decorrentes. O PL 2.338/23, aprovado no Senado em dezembro de 2024 e ainda em tramitação na Câmara, não resolve essa lacuna de forma expressa.

O ponto de atenção para designers que utilizam IA como ferramenta criativa está no grau de intervenção humana. Se a IA é usada como instrumento de execução de uma concepção criativa do designer que define a paleta, a composição, o estilo, os elementos, então a autoria humana pode ser reconhecida sobre o resultado final. Se a estampa é produto de um prompt genérico sem elaboração criativa específica, a proteção autoral fica fragilizada. A fronteira não é nítida, e a jurisprudência brasileira ainda não a delimitou. O que já se sabe, pelo direito comparado, é que quanto menor a intervenção humana demonstrável, menor a proteção disponível.

Para designers que usam IA, a recomendação prática é documentar o processo criativo: guardar os prompts utilizados, as versões intermediárias, as escolhas de edição e refinamento feitas manualmente. Essa documentação é o que diferencia uma

criação humana assistida por IA de uma geração algorítmica sem autoria, e pode ser determinante em qualquer litígio futuro sobre a proteção da estampa.

Guia prático: Qual instrumento usar

A estrutura de decisão que emerge dos quatro regimes pode ser resumida da seguinte forma:

Se a estampa é criação original do autor e ainda não foi divulgada publicamente, registre como desenho industrial no **INPI** antes de qualquer divulgação. Esse único ato confere proteção registrada por até 25 anos e é compatível com a proteção autoral simultânea.

Se a estampa já foi divulgada há menos de 180 dias, ainda é possível depositar o pedido de desenho industrial dentro do período de graça da LPI. Faça-o imediatamente.

Se a estampa já foi divulgada há mais de 180 dias, o registro de desenho industrial pode estar comprometido pela perda de novidade. Nesse caso, a proteção principal será pelo direito autoral, com registro facultativo para fins probatórios, e pela via da concorrência desleal em caso de cópia que cause confusão de mercado.

Se a estampa está associada à sua marca e o público já a identifica como origem comercial dos seus produtos, avalie o registro como marca figurativa perante o **INPI** (e, eventualmente, se sua empresa for de grande porte, com base em distintividade adquirida nos termos da portaria 15/25, comprovada por uso substancial durante os 3 anos anteriores ao pedido e por pesquisa realizada por instituto especializado demonstrando o reconhecimento da estampa por parcela relevante do público brasileiro).

Se você identificou uma cópia em curso e ainda não tem registro, a notificação extrajudicial fundamentada em expectativa de direito autoral e em concorrência desleal é o primeiro passo: ela documenta a ciência do infrator e fortalece qualquer ação posterior.

A estratégia mais robusta para designers e marcas de moda com portfólio criativo relevante é combinar pelo menos dois regimes: desenho industrial para novidade não divulgada, direito autoral para o acervo já lançado, e marca para os elementos que adquiriram identificação com a origem comercial.

Considerações finais

A estampa aplicada ao vestuário é um ativo de **propriedade intelectual** protegível por múltiplos instrumentos. O desconhecimento desses instrumentos é o principal motivo pelo qual designers e marcas de moda perdem proteção que poderiam ter garantido com custo relativamente baixo. Agir antes de divulgar, registrar antes de lançar, e conhecer os limites de cada regime são os três princípios que fazem a diferença entre ter e não ter proteção efetiva.

Se você está nessa situação ou quer estruturar a proteção do seu portfólio criativo antes do próximo lançamento, o primeiro passo é uma avaliação técnica do seu caso.

Referências

AMERICAN INTELLECTUAL PROPERTY LAW ASSOCIATION (AIPLA). Disponível em: <https://www.aipla.org>.

ASSOCIATION INTERNATIONALE POUR LA PROTECTION DE LA PROPRIÉTÉ INTELLECTUELLE (AIPPI). Disponível em: <https://www.aippi.org>.

BEEBE, Barton; DINWOODIE, Graeme B. Trade-mark Law: An Open-Source Casebook. Disponível em: <https://tmcasebook.org>.

BENTLY, Lionel; SHERMAN, Brad. Intellectual Property Law. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2014.

BRASIL. Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à **propriedade industrial**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 maio 1996.

BRASIL. Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 fev. 1998.

CERQUEIRA, João da Gama. Tratado da **propriedade industrial**. 2. ed. rev. e atual. por Luiz Gonzaga do Rio Verde e João Casimiro Costa Netto. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982. 2 v.

CORREA, Carlos M. Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights: A Commentary on the TRIPS Agreement. Oxford: Oxford University Press, 2007.

FERNÁNDEZ-NÓVOA, Carlos. Tratado sobre derecho de marcas. 2. ed. Madrid: Marcial Pons,

2004.

FURI-PERRY, Ursula. The Little Book of Fashion Law. Chicago: American Bar Association, 2014.

GINSBURG, Jane C. "The Concept of Authorship in Comparative Copyright Law". DePaul Law Review, v. 52, 2003.

GOLDSTEIN, Paul. Goldstein on Copyright. 3. ed. New York: Wolters Kluwer, 2005 (atualização contínua).

HERZECA, Lois F.; HOGAN, Howard S. Fashion Law: A Guide for Designers, Fashion Executives, and Attorneys. New York: Fairchild Books, 2013.

INTERNATIONAL TRADEMARK ASSOCIATION (INTA). Fashion Law Committee Reports. Disponível em: <https://www.inta.org>.

LEAFFER, Marshall. Understanding Copyright Law. 6. ed. Durham: Carolina Academic Press, 2014.

LEMLEY, Mark A. "The Ongoing Confusion About Trademark Functionality". Notre Dame Law Review, v. 83, 2008.

LONG, Doris E. Comparative Law and Practice: Intellectual Property in Global Marketplace. Chicago: American Bar Association, 2013.

MATHÉLY, Paul. Le droit français des signes distinctifs. Paris: Journal des Notaires et des Avocats, 1984.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. Tratado de direito privado. 3. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1970. t. XVI (Direito das coisas: propriedade mobiliária - **propriedade intelectual**).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA **PROPRIEDADE INTELECTUAL** (OMPI/WIPO). Hague System for the International Registration of Industrial Designs. Disponível em: <https://www.wipo.int/hague>.

POLLAUD-DULIAN, Frédéric. Droit de la propriété industrielle. 2. ed. Paris: Economica, 2011.

POUILLET, Eugène. Traité des marques de fabrique et de la concurrence déloyale en tous genres. 6. ed. Paris: Marchal et Billard, 1912.

SITE OFICIAL do escritório Ávila Nascimento Advocacia. Disponível em: <https://www.avilanascimento.adv.br/#informativos>. Acesso em 2026.

SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS. Star Athletica, L.L.C. v. Varsity Brands, Inc., 580 U.S. 405 (2017).

Marcello Ávila do Nascimento Souza +29 anos **INPI** | + 21 anos advocacia | Ranking Análise Advocacia. Pós Prop Industrial-UERJ. Mestrado Prop Intelectual-**INPI**. Pós Proc Civil-PUC. Pós Saúde Suplementar-VERBO. Assoc. ABAPI / **ABPI**.

Origens de café se aproximam do consumidor



Por Ensei Neto 13/04/2026 | 14h54 O ano de 1999 foi marcado pelo início de um movimento que é bastante relevante para os locais onde a produção agrícola mantém fortes laços culturais: a Indicação Geográfica. Foram duas origens diferentes, dois produtos de grande importância que iniciaram essa história: o Cerrado Mineiro e seu café, e os vinhos do Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul, respectivamente o pedido nº 1 e nº 2 junto ao **INPI** - Instituto Nacional de **Propriedade Intelectual** para a então Indicação de Procedência.

O Cerrado Mineiro, desde 1991, apresentava evidências de que seu café tinha características particulares, reconhecido inicialmente pelo químico Ernesto Illy, na época presidente da torrefação italiana illy, que, como forma de estimular a produção de café de alta qualidade, criou o primeiro concurso de qualidade de café do mundo. Nas primeiras edições, quase a totalidade dos finalistas e vencedores eram da região do Cerrado Mineiro, o que motivou a formação de diversas linhas de pesquisa para compreender o que levava àqueles resultados.

Assim como o vinho, o café tem em sua produção fundamental ligação com o local de plantio, onde a latitude desempenha papel determinante na distribuição de luz ao longo do ano, modulada pela altitude e, também, pelo clima com suas temperaturas máximas e mínimas adequadas em cada momento do ciclo das frutas.

Os produtores de vinho, cuja cultura de proteção dos produtos em relação à sua origem remonta ao Douro e seu Vinho do Porto, região demarcada em 1756, souberam ao longo dos anos explorar o que

cada Indicação Geográfica oferece de melhor: a cultura e a experiência ao consumidor.

Mais do que o produto em si, é a riqueza cultural da região que atrai as pessoas, as diferentes histórias de cada produtor, os festejos e a culinária, traduzindo vivências em experiências que se tornam inesquecíveis.

A partir desse ponto de vista, foi lançada a exposição cultural itinerante Brasis - Cafés de Origem, inspirada no livro A Revolução do Café Brasileiro - Regiões com Indicação Geográfica, que tem curadoria de Juliano Tarabal, Diretor da Federação dos Cafeicultores do Cerrado e fotos de Marcelo Coelho, em Guaxupé, localizada na IP Sudoeste de Minas. A mostra, que, além de exposição fotográfica, é composta por palestras e degustações, segue, posteriormente, para Carmo do Parnaíba, Cerrado Mineiro, de 23 de abril a 02 de maio, e Viçosa, Matas de Minas, de 06 a 18 de maio.

A Casa Hario, no Itaim Bibi, de Katia e Mariana Nassuno, se torna palco para as diferentes indicações geográficas brasileiras de café, com uma programação destacando uma origem mensalmente. Com o objetivo de aproximar o consumidor às diferentes regiões produtoras, o projeto Café de Origem é uma série de eventos que combina degustação, workshops e encontros com cafeicultores, e tem início com o Cerrado Mineiro, com uma café da manhã no próximo dia 18 apresentando o café da Fazenda Três Meninas, de Ana Paula Urtado.

A cada mês, uma nova Indicação Geográfica terá destaque, tal como a Alta Mogiana e Canastra, permitindo ao consumidor conhecer histórias de cada região, seus produtores e os sabores de cada origem de café.

IA favorece a criatividade, mas piora a vida dos criadores de conteúdo



A economia criativa global segue crescendo, mas os criadores estão ficando para trás. Essa é a tensão central do relatório "Re|Shaping Policies for Creativity", publicado recentemente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Com dados de 133 países, ele alerta sobre uma transformação estrutural acelerada pela digitalização e pela inteligência artificial, que está redesenhando quem ganha, quem perde e quem controla a produção cultural no mundo.

Nunca foi tão fácil criar, distribuir e acessar conteúdo. O mercado global de bens culturais atingiu US\$ 254 bilhões em 2023. Mas isso vem junto com o aumento da precarização do trabalho criativo. O documento destaca que há pouco emprego estável para criadores, os modelos de remuneração são frágeis e as plataformas digitais concentram valor. Com isso, o órgão projeta uma queda de até 24% na receita dos criadores até 2028, impulsionada pela IA e pelo uso não autorizado de conteúdos.

O estudo indica que as redes sociais deixaram de ser espaços de interação para impactar a democracia, o bem-estar e a regulação global. Há uma preocupação crescente com saúde mental, governança das plataformas e desinformação.

Nesse sentido, é inevitável pensar em como essas mudanças atingem o coração do jornalismo contemporâneo. Quando se fala em perda de receita, desintermediação e captura de valor pelas plataformas, estamos falando exatamente da crise que o setor vive há pelo menos duas décadas. Isso se agrava com a IA generativa, pois não só as redações perdem o controle de seu produto, como ele ainda

passa a ser reprocessado e reapresentado, sem

tráfego para a fonte. Isso se enquadra no que o relatório chama de desvalorização da criatividade humana.

A cultura é um ativo econômico relevante como vetor de inovação e como ferramenta de desenvolvimento. Mas o sistema que a sustenta está deslocando valor dos criadores para intermediários tecnológicos. Temos mais produção e circulação, porém menos remuneração. E esse desequilíbrio corrói um pilar de qualquer sociedade.

Veja esse artigo em vídeo:

Há um lado inegavelmente positivo da IA, que acelera processos e permite que mais pessoas produzam conteúdo em escala e com qualidade. Hoje, um único profissional pode fazer o que antes exigia equipes inteiras. O próprio relatório reconhece esse potencial ao apontar que tecnologias digitais podem democratizar o acesso à cultura e estimular novas formas de expressão, como uma infraestrutura criativa.

Por outro lado, quando a produção explode, o valor individual tende a cair, e a tecnologia acelera esse processo. Por isso, o estudo destaca que 79% dos profissionais culturais veem a IA como ameaça à sua subsistência. E não se trata de resistência à tecnologia e sim de uma percepção de perda de controle econômico.

Assine gratuitamente minha newsletter sobre IA, experiência do cliente, mídia e transformação digital

Inscreva-se no meu podcast (escolha a plataforma): Spotify, Deezer, Apple Podcasts ou Soundcloud

A questão central não é, portanto, a capacidade de criar, e sim a de capturar valor. A IA se alimenta de conteúdos existentes, muitas vezes sem remuneração proporcional (ou qualquer remuneração), e depois entrega produtos derivados que competem com os próprios criadores. É uma cadeia na qual quem produz é o elo mais frágil.

Não se trata de "usar bem ou mal a IA". O relatório aponta um vazio regulatório relevante, indicando que há 148 leis relacionadas à inteligência artificial em 128 países, mas apenas uma trata especificamente de cultura. Como de costume, a tecnologia avança mais rápido do que as regras que deveriam equilibrar seus efeitos, mas sem regulação, o mercado tende a favorecer quem escala e não quem cria.

Siga-me no

Siga-me no Instagram

Siga-me no YouTube

A Unesco aponta ainda para uma séria ameaça à diversidade cultural. A IA passou a influenciar diretamente como conteúdos culturais são produzidos e acessados, mas ela opera com critérios de engajamento. Além disso, os modelos são treinados com grandes volumes de dados do hemisfério norte ocidental. Isso cria um risco estrutural de repetição de estilos, de redução de diversidade estética e de concentração de narrativas.

Uma tecnologia contraditória

A IA não é neutra nem inevitavelmente boa ou ruim. Esses resultados escancaram a necessidade de regras claras de remuneração, transparência no uso de dados e mecanismos de proteção aos criadores. Sem isso, a Unesco aponta que teremos cada vez mais gente criando, mais conteúdo circulando e menos pessoas vivendo disso.

O caso do jornalismo é emblemático. A pressão por produtividade em tempo real agora se combina à dependência de ferramentas automatizadas pela redução das equipes. A IA chega como uma ferramenta ambígua, que amplia a capacidade, mas também incentiva atalhos perigosos, especialmente em ambientes de alta pressão. Se o seu modelo econômico enfraquece, o impacto vai além dos profissionais, afetando a própria democracia. Menos receita significa menos investigação, menos diversidade e mais dependência de automação, o que

pode aumentar a desinformação.

Um caminho para toda a economia criativa é a criação de remunerações obrigatórias pelo uso de conteúdo em sistemas de IA. O próprio relatório aponta a fragilidade dos atuais sistemas de **propriedade intelectual**. Sem isso, qualquer medida será paliativa.

A regulação parece inevitável, mas exige cuidado. Regular demais pode inibir inovação, mas regular de menos consolida abusos. O desafio é definir regras claras no uso de dados para treinamento de IA, na transparência sobre como conteúdos são usados no seu treinamento e na responsabilidade sobre o que ela gera.

Obviamente não se trata de rejeitar a IA, mas sim de aprendermos a usá-la de forma estratégica. Precisamos desenvolver habilidades técnicas e pensamento crítico sobre seus benefícios, seus riscos e as implicações éticas de seu uso.

Talvez a mudança mais difícil seja repensar a própria lógica de distribuição. As plataformas se tornaram intermediários dominantes e é preciso equilibrar essa intermediação. Mas isso só acontecerá com vontade política. A IA não respeita jurisdições nacionais, mas os direitos dos criadores ainda dependem delas.

Isso não é uma crise passageira. O que está em jogo vai além da renda de criadores, definindo o tipo de ecossistema cultural que queremos sustentar. Se houver intervenção coordenada, a inteligência artificial pode, de fato, ampliar a criatividade humana em vez de substituí-la economicamente. A diferença entre esses dois futuros possíveis não é tecnológica, e sim política, econômica e, no limite, cultural.

Índice remissivo de assuntos

ABPI	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12
ABPI Câmara de Mediação	1,2,3,4,5,6
Denominação de Origem	13
Marco regulatório INPI	7,8,9,10,11,12,13
Propriedade Industrial	7,8,9,10,11,12
Propriedade Intelectual	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15